

Aluno: Alexandre Magno Mattos do Espírito Santo
Disciplina: Designer Profissional
Curso: CST Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Semestre / Ano: 2º semestre de 2025
Rgm: 4504 1393

Título do Trabalho:
Análise Ética do Uso de Inteligência Artificial em Caso Jurídico na Austrália

Análise Ética do Caso: Advogado Australiano e o Uso Indevido de Inteligência Artificial

Nos últimos anos, a Inteligência Artificial (IA) vem ganhando espaço em diversas áreas, inclusive no Direito. Porém, seu uso também levanta sérias questões éticas. Um caso emblemático ocorreu em 2024, na Austrália, quando um advogado apresentou em tribunal documentos com citações jurídicas falsas, criadas por uma ferramenta de IA generativa. O erro foi identificado pelo juiz, gerou atrasos no processo e resultou em sanções disciplinares contra o profissional. Este episódio se tornou o primeiro caso público no país em que um advogado foi penalizado pelo uso incorreto de IA em documentos judiciais.

A seguir, será feita uma análise profunda deste caso, utilizando o framework proposto: viés e justiça, transparência, impacto social e responsabilidade.

Viés e Justiça

Diferente de outros episódios de mau uso de IA, como algoritmos de recrutamento que apresentavam preconceito contra mulheres, este caso não envolve diretamente um viés discriminatório. O problema principal foi a criação de informações falsas, conhecidas como *alucinações da IA*. Mesmo assim, há implicações de justiça: os prejuízos recaíram sobre o cliente representado pelo advogado, que teve sua defesa comprometida, sobre a parte contrária, que perdeu tempo e dinheiro com audiências adicionais, e sobre o tribunal, que precisou mobilizar recursos para corrigir o problema. Além disso, clientes mais vulneráveis, que dependem de advogados com menos recursos tecnológicos ou estruturais, acabam mais expostos a esse tipo de falha, criando desigualdade prática no acesso à justiça.

Transparência

Outro ponto crítico foi a falta de transparência. Os modelos de linguagem natural funcionam, em grande parte, como uma “caixa-preta”: não revelam claramente como chegaram a uma resposta e muitas vezes apresentam informações inventadas como se fossem verdadeiras. No caso em questão, as citações pareciam legítimas, mas não tinham origem em nenhuma jurisprudência real. Como não havia links ou referências verificáveis, o advogado não percebeu o erro e apresentou os documentos ao tribunal. A ausência de mecanismos claros de rastreabilidade torna difícil confiar plenamente nesses sistemas em contextos jurídicos, onde a precisão é essencial.

Impacto Social

O episódio teve consequências diretas no emprego e na prática profissional. O advogado envolvido foi punido com restrições em sua atuação, como a impossibilidade de gerir

um escritório ou lidar com fundos fiduciários, além da obrigação de trabalhar sob supervisão por dois anos. Esse caso evidencia que, embora a IA possa aumentar a produtividade de advogados, ela também traz riscos sérios quando usada sem verificação.

Do ponto de vista social mais amplo, a confiança pública no sistema jurídico pode ser abalada se documentos oficiais passarem a circular com erros fabricados por IA. Isso ameaça direitos fundamentais, como o devido processo legal. Há ainda riscos à privacidade, pois o uso indiscriminado de ferramentas online pode expor dados sensíveis de clientes, em desrespeito ao sigilo profissional que é obrigatório na advocacia.

Responsabilidade

A responsabilidade pelo ocorrido pode ser analisada em dois níveis.

Do lado dos desenvolvedores, há falhas importantes: as ferramentas poderiam ter sido projetadas para evitar alucinações, com mecanismos de verificação automática, indicação de grau de confiança e apresentação de fontes verificáveis (como links diretos a jurisprudências oficiais). Também poderiam oferecer alertas quando a informação não tiver respaldo em base de dados real.

Do lado do advogado, houve descumprimento do dever de diligência e de competência tecnológica, já que caberia a ele verificar as citações antes de apresentá-las em juízo. As normas profissionais da advocacia, tanto na Austrália quanto em outros países, já estabelecem que a responsabilidade final pelo conteúdo submetido ao tribunal é do advogado, ainda que ele utilize ferramentas tecnológicas.

Quanto às normas legais aplicáveis, o caso se enquadrou nas regras de conduta profissional da advocacia na Austrália, que exigem honestidade, integridade e competência. Em resposta, o Conselho de Serviços Jurídicos do estado de Victoria aplicou sanções disciplinares exemplares, justamente para reforçar a mensagem de que a tecnologia não isenta o profissional de suas responsabilidades éticas.

Conclusão

O caso do advogado australiano mostra que o uso da Inteligência Artificial no Direito precisa ser acompanhado de cautela, verificações e regulamentações claras. Embora não tenha envolvido preconceito direto contra grupos sociais, trouxe sérios problemas de justiça, prejudicando clientes, tribunais e a confiança no sistema jurídico. A falta de transparência dos modelos de IA aumentou o risco de erro, e o impacto social foi significativo, incluindo sanções profissionais e perda de credibilidade.

A principal lição é que a IA não substitui a responsabilidade humana. Desenvolvedores precisam projetar sistemas mais seguros e transparentes, enquanto advogados devem manter o dever de verificar e validar cada informação antes de apresentá-la em

processos. Só assim será possível aproveitar os benefícios da tecnologia sem comprometer princípios éticos fundamentais, como a justiça, a transparência e o respeito ao devido processo legal.

Posição e Recomendações

Diante da análise do caso, entende-se que a tecnologia de Inteligência Artificial **não deve ser proibida**, mas sim **melhorada e reformulada para usos críticos** como o Direito. A IA possui potencial de aumentar a produtividade, auxiliar advogados e democratizar o acesso à informação jurídica. Porém, os riscos de “alucinações”, da falta de transparência e da perda de confiança no sistema judicial são altos demais para que seja utilizada sem ajustes e regulamentação.

Portanto, a posição adotada é de que a IA deve ser **aperfeiçoada e usada com responsabilidade**, nunca como substituta do trabalho humano, mas como ferramenta auxiliar.

Recomendações Concretas

1. **Transparência e Verificação Automática:** os sistemas de IA aplicados ao Direito devem apresentar sempre as fontes jurídicas oficiais de onde retiraram informações, incluindo links, datas e números de processo. Além disso, precisam emitir alertas claros quando não houver referência confiável, evitando que informações falsas sejam apresentadas como verdadeiras.
2. **Supervisão Humana Obrigatória:** qualquer documento produzido com auxílio de IA deve passar obrigatoriamente por revisão de um advogado antes de ser submetido a um tribunal. Essa prática garante que a responsabilidade permaneça com o profissional, preservando a integridade do processo.
3. **Criação de Normas Específicas:** órgãos reguladores e conselhos de advocacia devem elaborar regras próprias para o uso da IA, estabelecendo limites éticos e práticos, como exigência de treinamento para advogados, auditoria regular das ferramentas e responsabilização em caso de uso indevido.

Referências

THE GUARDIAN. *Lawyer caught using AI-generated false citations in court case penalised in Australian first*. Londres, 03 set. 2025. Disponível em: https://www.theguardian.com/law/2025/sep/03/lawyer-caught-using-ai-generated-false-citations-in-court-case-penalised-in-australian-first?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 06 set. 2025.

ABC NEWS. *Victorian lawyer used ChatGPT to write court submission, which included false citations, legal services board finds*. Melbourne, 20 ago. 2025. Disponível em: <https://www.abc.net.au/news/2025-08-20/victorian-lawyer-used-chatgpt-fake-citations-legal-services-board/104042674>. Acesso em: 06 set. 2025.

LAW COUNCIL OF AUSTRALIA. *Artificial Intelligence and the Legal Profession: Consultation Paper*. Canberra, 2024. Disponível em: <https://www.lawcouncil.au/>. Acesso em: 06 set. 2025.

AMERICAN BAR ASSOCIATION. *Ethical and Practical Guidance for the Use of Generative Artificial Intelligence in the Practice of Law*. ABA Formal Opinion 512, 2023. Disponível em: <https://www.americanbar.org/>. Acesso em: 06 set. 2025.

THE VERGE. *Generative AI's hallucination problem could be a disaster for law*. Nova York, 2024. Disponível em: <https://www.theverge.com/>. Acesso em: 06 set. 2025.